

Arquivo Histórico da Madeira

Nova Série | N.º 4 | 2022



Título: *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 4

Editor: Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira

Local e Data: Funchal, 2022

Periodicidade: Anual

ISSN: 2184-5743

Sítio da Internet: <https://ahm-abm.madeira.gov.pt>

Contacto Eletrónico: ahm.abm.sretc@madeira.gov.pt

Direção: Nuno Mota

Conselho Editorial*: Filipe dos Santos (coord.); Andreia Sousa; Nélio Pão

Conselho Científico: Ana Madalena Trigo de Sousa (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira); Ana Salgueiro (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira); Diogo Ramada Curto (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa); Fátima Barros (Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira); Inês Amorim (Faculdade de Letras – Universidade do Porto); Jorge Freitas Branco (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa); Paulo Esteireiro (Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira, Eng.º Luiz Peter Clode); Paulo Miguel Rodrigues (Faculdade de Artes e Humanidades – Universidade da Madeira)

Capa (Imagem): COSTA, Ângela, 1989, *A minha Terra* [pormenor], água-tinta, 40,7 x 29,5 cm, coleção do MUDAS.Museu de Arte Contemporânea da Madeira, inv. MACM/PL/AC01GRAV

A revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, respeita a liberdade dos autores no que concerne à escolha da ortografia; assim, este n.º 4 apresenta contributos que seguem o Acordo Ortográfico de 1990 e outros redigidos segundo normas anteriores.

O conteúdo dos estudos e ensaios é da exclusiva responsabilidade dos seus autores, o mesmo se aplicando aos direitos das imagens inseridas.

A denominação, o conteúdo e a permanência das hiperligações e dos sítios da Internet referenciados nos artigos não estão sob o controle da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, entidade editora da revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série; consequentemente, não são da sua responsabilidade.

* Com a colaboração de Mónica Rodrigues, estudante do Mestrado em Linguística: Sociedades e Culturas, da Universidade da Madeira, que realizou estágio curricular no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira.

Índice

Contents

Editorial	5
Estudos / Ensaio	13
Studies / Essays	
A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XV-XVI	15
Lime and Construction in the Madeira Archipelago in the 15 th -16 th Centuries <i>Dinis Gouveia Pacheco</i>	
Nótulas Histórico-Genealógicas da Família Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco (Séculos XV-XX)	47
Historical-Genealogical Notes of the Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco Family (15 th -20 th Centuries) <i>Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes</i>	
Los Otros Isleños de Canarias: La Insularidad Portuguesa en el Proceso de Conformación de la Sociedad Canaria durante los Siglos XVI y XVII	89
The Other Islanders in the Canary Islands: The Portuguese Insularity in the Process of Shaping the Canary Islander Society during the 16 th and 17 th Centuries <i>Javier Luis Álvarez Santos</i>	
Sindicar a Justiça Senhorial: Os «Autos da Residência» do Ouvidor da Capitania de Machico (1740)	105
Syndicate the Lordly Justice: The «Autos da Residência» of the «Ouvidor» from Machico Captaincy (1740) <i>Ana Madalena Trigo de Sousa</i>	
As Geografias Médicas e a Apologia do Clima da Madeira: A Propósito da Climatoterapia da Tísica na Primeira Metade do Século XIX	165
The Medical Geographies and the Apology of Madeira's Climate: Regarding the Climatotherapy of Phthisis in the First Half of the 19 th Century <i>Ismael Vieira</i>	

A Família Blandy na Madeira: Investimentos e Estratégias Empresariais no Século XIX (Uma Visão Panorâmica)	183
The Blandy Family in Madeira: Investments and Business Strategies in the 19 th Century (Overview) <i>Liliana Correia</i>	
Arquitetura e Turismo na Madeira, (Des)Continuidades Históricas	243
Architecture and Tourism in Madeira, Historical (Dis)Continuities <i>Rui Campos Matos</i>	
Memória, Narrativa e Experiência – O Diário do Americano Edward Watkinson Wells sobre a Madeira	273
Memory, Narrative and Experience – The Journal of the American Edward Watkinson Wells about Madeira <i>Susana Caldeira</i>	
A Epidemia de Cólera na Madeira (1856): Das Políticas Régias às Práticas Locais	299
The Cholera Epidemic in Madeira (1856): From the Royal Policies to Local Practices <i>Nulita Raquel Freitas Andrade</i>	
Madeirans: The First Indentured Labourers in Suriname (1863-1864)	317
Madeirenses: Os Primeiros Trabalhadores Contratados no Suriname (1863-1864) <i>Humphrey E. Lamur</i>	
A Correspondência Açoriana de João dos Reis Gomes	347
The Azorean Correspondence of João dos Reis Gomes <i>Paulo César Vieira Figueira</i>	
Da Estranheza (do Fantástico) no Cinema de Manuel Luiz Vieira Produzido na Madeira na Década de 1920	381
On the (Fantastic) Strangeness of the Cinema Produced by Manuel Luiz Vieira on Madeira Island in the 1920s <i>Ana Salgueiro</i>	
Um Projeto Utópico: O Estabelecimento de uma Colónia Naturista Infantil na Madeira (1929)	407
A Utopian Project: The Establishment of a Children's Naturalist Colony in Madeira (1929) <i>Isabel Drummond Braga</i>	
Migração Madeirense para Angola e Moçambique (1940-1974)	419
Madeiran Migration to Angola and Mozambique (1940-1974) <i>Odete Mendonça Henriques Souto</i>	

Património Fotográfico: Entre o Arquivo e o Museu – Um Caso de Ação e de Estudo, o Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente’s	453
Photographic Heritage: Between the Archive and the Museum – A Case of Action and Study, the Madeira Photography Museum – Atelier Vicente’s <i>Emília Tavares</i>	
Formas de Tratamento de Segunda Pessoa do Singular em Português: Representações e Crenças de Falantes Madeirenses	465
Forms of Address of Second Person of Singular in Portuguese: Representations and Beliefs of Madeiran Speakers <i>Aline Bazenga</i>	
Exemplos para a História da Ortografia no Funchal: Da Paisagem Linguística ao Património Linguístico com a Toponímia	501
Examples for the History of Orthography in Funchal: From Linguistic Landscape to Linguistic Patrimony with Toponymy <i>Helena Rebelo</i>	
Notas Históricas para o Estudo de um Itinerário da Alimentação, com Origem na Farinação dos Cereais, nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira	557
Historical Notes for the Study of a Food Itinerary, with Origin in Cereal Flour, in the Azores and Madeira Archipelagos <i>Duarte Nuno Chaves</i>	

Editorial

Apresentação

Vem a lume, neste ensejo, o n.º 4 da revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, veículo científico e cultural da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRABM), através da ação da Direção de Serviços do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira (CEHA-AV).

Sem temor de se incorrer em exagero, ou em falsas imodéstias, pode afirmar-se que esta iniciativa editorial continua a se revelar um êxito, no tocante a volume de contributos e a qualidade científica.

Vale a pena relembrar que a DRABM, instituída em Abril de 2020, é o serviço executivo da Secretaria Regional de Turismo e Cultura «que tem por missão a salvaguarda e a divulgação do património documental e bibliográfico da Região Autónoma da Madeira, assegurar a memória contínua da sua Administração, incentivar a difusão do livro e da leitura, promover o conhecimento e a investigação científica da história da Região no quadro do espaço atlântico» (Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2020/M, de 27 de abril).

O CEHA-AV é, por sua vez, a partir de junho de 2020, a unidade orgânica da DRABM que lida com o último desiderato referido, tendo-lhe sido outorgadas, portanto, «atribuições e competências nos domínios da **investigação científica e da edição no âmbito da história e do património cultural e arquivístico**» (Portaria n.º 369/2020, de 16 de julho; o negrito é nosso).

Tais atribuições e competências são concretizadas com acuidade, mas obviamente de modo não exclusivo, na prossecução da edição da presente revista, que obedece – recorde-se – aos seguintes parâmetros editoriais: privilegia a História, a Memória e o Património – material e imaterial – do Arquipélago da Madeira e as áreas do conhecimento da História, das Ciências Sociais e Humanas e da Arquivística;

conta com Conselho Editorial e Conselho Científico; segue normas editoriais uniformizadoras; tem periodicidade anual; é divulgada em suporte digital e fica alojada em linha, para acesso livre e gratuito (<https://ahm-abm.madeira.gov.pt/>).

Em sinergia com a atividade editorial que a DRABM, por intermédio do CEHA-AV, tem vindo a desenvolver, e num gesto de afirmação científica e cultural, foram equacionados outros meios e oportunidades para incremento e permuta de conhecimentos e resultados de investigações científicas. Nesse sentido, estabeleceu-se como projeto axial e estrutural a organização de um congresso científico, que decorreu no CEHA-AV de 23 a 26 de novembro do passado ano de 2021.

O congresso, com a designação *Congresso de História da Madeira – Rumos de Pesquisa, Problemáticas, Análises*, cumprindo as aspirações que estiveram na sua génese – e segundo opiniões e impressões que nos foram comunicadas –, constituiu uma relevante oportunidade para divulgar e pôr em diálogo pesquisas e indagações relacionadas com a História, a Memória e o Património do Arquipélago da Madeira. No âmbito do congresso, não se estabeleceram restrições temporais ou temáticas no tocante às intervenções que viessem a ter lugar; somente se equacionou um enquadramento geográfico – o Arquipélago da Madeira (e todos os fenómenos relacionados com este espaço insular). Almejou-se a aprendizagem e a discussão de: tópicos novos ou recorrentes de investigação; métodos e abordagens teórico-conceptuais transdisciplinares; evoluções, conjunturas e acontecimentos; constantes estruturais; fenómenos comparativos e especificidades; diacronias e sincronias; condições de insularidade, periféricidade e centralidade – desde a longínqua centúria de Quatrocentos até ao ainda novel, mas já eivado de mutações e desafios (e, enfim, agruras), século XXI.

Desde o início da organização do congresso que se elegeu como objetivo que os artigos que brotassem das conferências – em número de três – e das comunicações – 34, reunidas em dez painéis – viessem a ser inseridos nos n.ºs 4 (correspondente ao ano corrente) e 5 (de 2023) da revista *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*.

Deste modo, a maior parte dos artigos agora divulgados – com exceção dos contributos de Ana Salgueiro, Humphrey Lamur e Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes – resulta já de comunicações apresentadas ao referido congresso.

Em nome da DRABM, endereçamos reconhecidos agradecimentos aos autores que, neste periódico, contribuem para levantar, pedra a pedra, artigo a artigo, um mais sólido edifício do conhecimento sobre a Madeira.

Depois do Centenário, ainda Aragão

Eis que é passado o centenário do nascimento de António Aragão, amplamente assinalado no Arquipélago no ano de 2021. Mas no nosso caso, Aragão é dificilmente uma figura que passa. Não retornamos a ele apenas levados pela corrente de uma efeméride. Pelo contrário, Aragão é uma presença permanente. Pelos motivos conhecidos, muitos deles sublinhados em várias das iniciativas a que assistimos e que procuraram objetivar o relevo de Aragão enquanto figura maior da cultura, das artes e da literatura. Mas ainda por outros, que se prendem de uma forma mais direta com as especificidades, por assim dizer, do nosso ofício; com a memória da publicação – esta publicação, agora eletrónica – em que Aragão fixou também as suas palavras; enfim, com a memória da própria instituição que António Aragão dirigiu e que é um elo que nos liga, inevitavelmente, a ele.

Uma das componentes fundamentais da obra e do legado cultural incrivelmente diverso de António Aragão diz respeito à defesa e salvaguarda do património cultural *latu sensu*. Com efeito, os seus contributos nesta área, pela dimensão técnica e científica das campanhas de prospeção e divulgação que empreendeu, representarão momentos seminais ao nível da gestão e da proteção de vários domínios do património cultural madeirense. É, pois, claro que nesses domínios em concreto – como, de resto, noutros – Aragão “desbravou caminhos”, apontou rumos e direções, e que a geração que lhe sucedeu, na responsabilidade e no desafio de identificar e salvaguardar o património cultural regional, certamente foi colher no seu exemplo conhecimento, critério e, talvez acima de tudo, sentido ético do dever de preservação das múltiplas formas em que a cultura se concretiza, materializa e adquire expressão.

A exposição alusiva a António Aragão que a DRABM teve a oportunidade de levar ao público no Arquivo e Biblioteca da Madeira, entre junho e outubro de 2021, teve precisamente como desígnio ilustrar as múltiplas facetas da sua intervenção no estudo e defesa do património cultural insular. Em diálogo com esse projeto expositivo, e de algum modo esquematizando a informação que Jorge Valdemar Guerra sistematizou para esse mesmo projeto, podemos afirmar que essas múltiplas facetas se traduzem fundamentalmente nas seguintes esferas de atuação: a investigação histórica, a divulgação documental e arquivística, a arqueologia, a inventariação arquitetónica e urbanística, a inventariação artística, a etnografia e a prospeção da cultura popular e do património cultural material e imaterial.

António Aragão iniciou o seu percurso na administração pública em 1953, enquanto conservador do Arquivo Distrital do Funchal. Seria também nesta instituição, entretanto regionalizada em 1980, que, em 1986, culminaria esse mesmo trajeto,

já enquanto diretor do Arquivo, cargo que exerceu desde 1972. Entre estas duas datas extremas e mesmo para além da última são conhecidos os muitos projetos a que Aragão se dedicou no âmbito da salvaguarda e da divulgação do património cultural não especificamente arquivístico. Assim, suspeitamos que a cronologia do percurso de Aragão pelos meandros do património cultural regional denuncia que, para ele, os arquivos – seu primeiro espaço de atuação – não foram capazes de alimentar uma curiosidade que rapidamente se alastraria a toda uma multiplicidade de expressões do património e da cultura; não se revelaram território vasto o suficiente para nutrir um perfil universalista em que o conservador e arquivista prontamente se haveriam de mesclar com o historiador, o historiador da arte, o arqueólogo, o etnógrafo, etc.

Daqui podemos talvez derivar uma hipótese: a experiência inicial, enquanto conservador, do *arquivo* – âmbito assinalavelmente frágil e perecível do património – terá atuado para Aragão como semente de uma sensibilidade e de uma inclinação para a conservação das múltiplas formas nas quais se encerra – e perde – a memória. Porque é disso que essencialmente se trata – de resgatar vestígios de memória – no multifacetado trabalho de Aragão em torno do património cultural regional: estejam esses vestígios encerrados num fólio gasto de pergaminho, nas ruínas exumadas de um convento rural, nas fachadas que marcam o ritmo distintivo da arquitetura urbana, na originalidade das formas simples e despojadas da arquitetura popular, no traço exuberante da azulejaria ou da ourivesaria sacra, na transparência com que o registo sonoro do quotidiano e das tradições populares invoca – como uma espécie de hipertexto – a profundidade (a espessura) do tempo e da memória na paisagem insular. Porque, na verdade, o meio e o espaço insulares singularizam e, diríamos mesmo, intensificam a experiência da memória; e tanto mais quanto esse meio e esse espaço se afirmam *geográfica, histórica e sociologicamente* como dispositivos de insulação, como máquinas de produção de bolsas de insularidade dentro da própria ínsula. No fundo, foi a essa propensão mnemónica insular, traduzida numa vasta profusão de suportes materiais e imateriais da memória, que – depois do arquivo e paralelamente ao arquivo – Aragão se dedicou, numa prolífica atividade de inventariação, prospeção e recolha. Num certo sentido, Aragão projeta o arquivo, enquanto dispositivo recoletivo e metódica de retenção da memória, para além dos seus próprios limites institucionais e materiais estritos. Dito de outro modo: Aragão oscila entre o arquivo enquanto técnica e meio instrumental, por um lado, e enquanto princípio, conceito, ideia, por outro. O mesmo será ainda dizer que Aragão terá permanecido essencialmente arquivista enquanto foi arqueólogo, historiador da arte, etnógrafo, inventariador de tradições orais, etc. Nessa *permanência do arquivo* e na

sua projeção a regiões disciplinares vizinhas, irmanadas pelo desígnio da preservação da memória, Aragão, ainda que porventura involuntariamente, confronta afinal o universo do arquivo com uma precoce mensagem de modernidade.

Já enquanto diretor do Arquivo Distrital do Funchal/Arquivo Regional da Madeira, como poderemos recordar António Aragão? Diga-se, antes de mais, que, para procurar uma resposta a esta questão, não tivemos minimamente o ensejo de nos suportar numa pesquisa sistemática de fontes. Não obstante essa limitação, arriscamos afirmar que uma tal resposta tem antes de mais que ver com os seus contributos no plano da modernização e atualização dos procedimentos técnicos associados à conservação e ao tratamento do património documental regional, e com a defesa do reforço de meios ao dispor da proteção desse património. Atente-se, por exemplo, no primeiro relatório de atividades do Arquivo Distrital do Funchal que Aragão redige após reassumir funções de conservador do Arquivo em agosto de 1969. Esse documento informa-nos de toda uma azáfama de iniciativas tomadas num intervalo de poucos meses. Em primeiro lugar as que se prendem com as condições materiais das instalações, «em mísero estado de conservação», e com a adoção de medidas elementares de defesa do acervo, como os trabalhos de pintura e caiação, ou a desinfecção geral das dependências do Arquivo no palácio de São Pedro, empreendidas para debelar «um foco de térmitas existente há largos anos» junto dos núcleos documentais mais importantes, o que levava Aragão a reportar que «pela primeira vez, desde a sua fundação de quase meio século, o Arquivo Distrital foi pintado, concertado e sofreu uma desinfecção geral». Medidas também no plano da organização e do tratamento documental, como a reordenação dos arquivos notariais e paroquiais, o início da «arrumação dos milhões de processos, salvados do antigo incêndio do Palácio de São Pedro», ou a inventariação e organização do arquivo da Câmara Municipal do Funchal e de outros núcleos documentais mais relevantes, vários dos quais «numa grande mistura caótica», como a que se verificava numa das salas do anexo na calçada de Santa Clara, n.º 8. Tendo a Junta Geral disponibilizado um «ficheiro metálico, com todas as condições exigidas», a equipa de Aragão, «fazendo uso duma séria disciplina arquivista», iniciou «uma arrumação geral por fichas do recheio do Arquivo», substituindo com esse novo instrumento descritivo o «antigo Roteiro», que consistia apenas em um livro, elaborado ao tempo da fundação do Arquivo Distrital do Funchal. Medidas ainda no plano estrito da preservação e da conservação do acervo, como a aquisição de novas estantes, a instalação de uma nova oficina de conservação e restauro, a higienização de documentos

(a primeira desde 1948), a encadernação de livros em condição mais frágil¹. Não nos alongaremos na recuperação deste interessante relatório de atividades, estando em crer que, com a sua invocação, fomos capazes de ilustrar o modo como também na gestão do património documental e arquivístico a intervenção de Aragão levou o esclarecimento e o critério técnicos a instâncias da cultura e do património então ainda mal ou insuficientemente bafejadas no arquipélago pelo sopro da ciência.

Recordaremos ainda Aragão pela intenção de renovação das funções do acesso e da divulgação, implícita na criação da Série Documental do *Arquivo Histórico da Madeira*. Nas palavras do próprio, tratava-se de intentar «uma nova perspetiva» para o *Arquivo Histórico da Madeira*, e de, como a propósito da criação da presente Nova Série tivemos a oportunidade de relevar, «o transformar numa espécie de repositório sistematizado da documentação histórica sujeita à guarda do Arquivo Distrital do Funchal ou de quaisquer agrupamentos documentais que digam respeito à história da Madeira e se encontrem dispersos por outros Arquivos». Almejava-se, assim, tornar mais acessível a «qualquer interessado ou investigador» a documentação histórica madeirense, e, ao mesmo tempo, visava-se «um processo de salvaguarda documental» por via da replicação das fontes em suportes impressos (numa equação em tudo semelhante à que se pratica hoje em dia entre replicação digital e preservação documental)². Bem entendido, o *Arquivo Histórico da Madeira* sempre tivera – entre outras – essa função de instrumento de acesso a documentos e coleções, imprimindo na cultura organizacional do Arquivo a valorização das funções do acesso. Estamos mesmo em crer que a precocidade com que o Arquivo Distrital do Funchal abraçou, desde os seus primórdios no começo da década de trinta do século passado, essa dimensão da divulgação através do *Arquivo Histórico da Madeira*, é um fator de diferenciação no meio arquivístico nacional e um veículo de relativização de toda uma cultura custodialista e patrimonialista dos arquivos em que o Arquivo Distrital do Funchal necessariamente se movia. Mas a criação de uma Série Documental vem adicionar critério, sistematicidade e método a essa valorização do acesso. Não circunscrever a intervenção do arquivo às funções tradicionais e predominantes da custódia; não esgotar a metódica arquivística na descrição, no tratamento documental, na conservação e no restauro, alastrando-a ao acesso e à divulgação, num princípio de abertura do arquivo a novas plateias

¹ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Arquivo Distrital do Funchal, Relatórios de atividade, 1931-1970, pt. 58, disponível em <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=1387969>.

² ARAGÃO, António, 1972, «Palavras Prévias», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XV, Série Documental, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, pp. IX-X.

e num prenúncio de inflexões paradigmáticas que haveriam de conduzir, um pouco por todo lado, à profunda transformação da fisionomia dos arquivos – eis mais um contributo substancial que podemos reportar a António Aragão enquanto homem de cultura, eis mais um caminho apontado por Aragão, desta feita no domínio específico dos arquivos. Um caminho que hoje, malgrado tantos os anos já passados, nos compete ainda percorrer.

Aragão foi pois, talvez acima de tudo, um homem de modernidade, de irreverência e de ruturas – na literatura, nas artes, na salvaguarda e proteção do património cultural regional. Nos arquivos também. Esse é um facto que não podíamos deixar de sublinhar; e um motivo adicional para a justíssima homenagem que todos lhe devemos.

*Nuno Mota
Filipe dos Santos*

Estudos / Ensaio

Studies / Essays